

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GEIZA GUILHERME OLIVEIRA

**UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE
PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NEE) E SEUS
DESAFIOS NA ATUALIDADE**

PICOS
2017

GEIZA GUILHERME OLIVEIRA

**UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE
PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NEE) E SEUS
DESAFIOS NA ATUALIDADE**

Trabalho de conclusão do curso apresentado à Universidade Federal do Piauí, UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, CSHNB, coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia como requisito para obtenção do grau de Pedagoga.

PICOS – PI

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

O482u Oliveira, Geiza Guilherme.

Um olhar sobre as práticas pedagógicas para a inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e seus desafios na atualidade / Geiza Guilherme Oliveira.– 2017.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (51f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.

Orientador(A): Prof^ª Ma. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

1. Educação Inclusiva. 2. Práticas Pedagógicas. 3. Desafios na Atualidade I. Título.

CDD 371.9

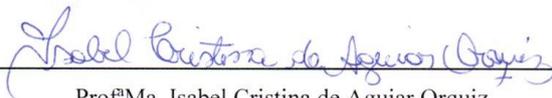
GEIZA GUILHERME OLIVEIRA

**UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE
PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NEE) E SEUS
DESAFIOS NA ATUALIDADE**

Trabalho de conclusão do curso apresentado à
Universidade Federal do Piauí, UFPI, Campus
Senador Helvídio Nunes de Barros, CSHNB,
coordenação do Curso de Licenciatura em
Pedagogia como requisito para obtenção do título de
Pedagoga.

MONOGRAFIA APROVADA EM 05/12/2017

BANCA EXAMINADORA



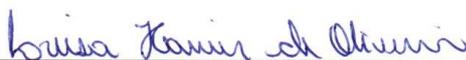
Prof^ªMa. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

Orientadora – UFPI/CSHNB



Prof^ª: Ma. Cristiana Barra Teixeira

Membro - UFPI/CSHNB



Prof^ª: Dra. Luísa Xavier de Oliveira

Membro – UFPI/CSHNB

PICOS-PI

2017

Dedicatória

Aos meus amados pais que sempre estiveram presente na minha formação a eles dedico todo meu esforço pra chegar até aqui. A meu esposo, que me deu o apoio fundamental para não me deixar desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força para enfrentar as barreiras que encontrei durante esses cinco anos de curso.

Aos meus amados pais, que sempre me deram o apoio necessário para seguir em frente, meus irmãos por me incentivar.

Ao meu esposo por estar sempre ao meu lado, por nunca me deixar desistir.

A minha orientadora Isabel, que me deu o suporte que eu precisava pelas suas correções e incentivo.

A professora Luiza que me acompanhou no início desse trabalho, me deu muita força para seguir em frente.

Não poderia deixar de agradecer a minhas colegas de curso, minhas malévolas que sempre acreditaram em min.

A todos que fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Epígrafe

*“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades,
lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram
conquistadas do que parecia impossível”.*

(Charles Chaplin)

RESUMO

Este trabalho tem como tema principal: Um olhar sobre as práticas pedagógicas para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) e seus desafios na atualidade, sendo que a problemática busca responder a seguinte pergunta: Quais práticas pedagógicas estão sendo trabalhadas para a promoção da inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ensino fundamental regular das unidades escolares do município de Picos-PI? O objetivo principal é: Analisar as práticas pedagógicas trabalhadas para a promoção da inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ensino fundamental regular das unidades escolares do município de Picos-PI. Para um detalhamento do tema central, temos os objetivos específicos que visam: compreender os conceitos atribuídos ao longo da história educacional sobre educação inclusiva; Identificar as práticas pedagógicas dos professores na promoção da inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais e Refletir sobre os desafios da prática pedagógica nas unidades escolares para a promoção de inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. A abordagem é um estudo qualitativo exploratório, sendo que o questionário, a observação e o diário de bordo foram utilizados com os principais instrumentos de coleta de dados e para analisar os dados coletados foi escolhido a análise de conteúdo. Para embasar teoricamente este estudo os autores selecionados foram: Carvalho, (2004), Cunha (2011), Fantinato (2014), Fernandes (2011), Jannuzzi (2004), Mantoan (2006), Mazzotta (2003), Minayo (1996, 2012,), Sasaki (1997), dentre outros. Tendo como base os dados coletados podemos constatar que o processo de inclusão nas escolas do município ainda caminha lentamente e que a falta de apoio aos professores aliada a carência de recursos e serviços especializados nesses espaços, acaba por interferir no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com NEE e nas práticas pedagógicas dos professores.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Práticas Pedagógicas. Desafios na atualidade

ABSTRACT

This work has as its main theme: A look at the pedagogical practice for the inclusion of people with special educational needs (SEN) and its current challenges, and the problem seeks to answer the following question: Which pedagogical practices are being worked on for promotion of the inclusion of people with Special Educational Needs (SEN) in regular elementary school education in the municipality of Picos-PI? The main objective is to: Analyze the pedagogical practices developed to promote the inclusion of people with Special Educational Needs (SEN) in regular elementary school education in the municipality of Picos-PI. For a detail of the central theme, we have the specific objectives that aim to: understand the concepts attributed throughout the educational history on inclusive education; Identify the pedagogical practices of teachers in promoting the inclusion of people with special educational needs and reflect on the challenges of pedagogical practice in school units for the promotion of inclusion of people with special educational needs. The approach is a qualitative exploratory study, and the questionnaire, observation and logbook were used with the main instruments of data collection and to analyze the data collected, content analysis was chosen. To support this study, the authors selected were: Carvalho, (2004), Cunha (2011), Fantinato (2014), Fernandes (2011), Jannuzzi (2004), Mantoan (2006), Mazzotta 2012), Sasaki (1997), among others. Based on the collected data, we can see that the process of inclusion in the schools of the municipality is still slow and that the lack of support for teachers, coupled with the lack of resources and specialized services in these spaces, interferes in the teaching-learning process of students with SEN and in the teachers' pedagogical practices.

Key-words: Inclusive Education. Pedagogical practices. Challenges nowadays

LISTA DE SIGLAS

NEE - Necessidade Educativa Especial

AEE - Atendimento Educacional Especializado

OMS - Organização Mundial de Saúde

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da educação

DM - Deficiência Mental

DF - Deficiência Física

DV - Deficiência Visual

SD - Síndrome de Down

TEA - Transtornos do Espectro Autista

TGD - Transtorno Global de Desenvolvimento

SA - Síndrome de Asperger

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I –COMPRENDENDO CONCEITOS PARA COMPREENDER A INCLUSÃO	16
1.1 Breve histórico da Educação Especial no Brasil	18
CAPÍTULO II – CONHECENDO ALGUMAS NECESSIDADES.....	22
2.1 Deficiência Intelectual.....	23
2.2 Deficiência Física	24
2.3 Deficiência Visual	24
2.4 Deficiência Auditiva.....	25
2.5 Síndrome de Down.....	25
2.6 Autismo	26
2.7 Síndrome de Asperger	26
CAPÍTULO III – O PERCURSO METODOLÓGICO.....	28
3.1 Caracterização da pesquisa.....	29
3.2 Participantes e campo da pesquisa.....	30
3.3 Instrumentos de coleta de dados.....	31
3.4 Tratamento dos dados coletados.....	33
3.5 Situação da Educação Especial no município de Picos-PI.....	33
CAPÍTULO IV – OS DESAFIOS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE NA ESCOLA NOS DIAS ATUAIS.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICES	48

INTRODUÇÃO

A escola, considerada como espaço privilegiado de construção de conhecimento e de desenvolvimento de valores, pode e deve ter como uma de suas propostas, contribuir para a transformação da sociedade no sentido de torná-la menos desigual e mais democrática. Um espaço democrático, em essência, deve viabilizar a construção de culturas, políticas e práticas inclusivas (BOOTH, 1998).

Nesse sentido, podemos perceber que essa transformação da sociedade vai muito além do incluir na sala de aula. O ser menos desigual começa em casa e a inclusão de modo geral deve ser vista com outros olhos, olhos que enxergam além da dificuldade do outro. É de fundamental importância a participação da família e da comunidade nessa inclusão escolar e social, pois, quando a inclusão se estabelece em um ambiente onde há o favorecimento de trocas de conhecimentos e cooperação, todos são beneficiados.

Pesquisas realizadas no Brasil e no mundo afirmam que a educação inclusiva traz benefício para todos. As crianças se auxiliam na escola, aprendem um com o outro, quebrando os tabus sociais e acabando com o preconceito, ao mesmo tempo, têm a oportunidade de aprender a conviver e a respeitar as diferenças.

Por conseguinte, a inclusão educacional tem seu significado no acolhimento de todas as pessoas, sem exceções, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social, condições físicas e psicológicas. De acordo com Sasaki (2010, p.40), inclusão “é um processo que contribui para um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos [...] e na mentalidade de todas as pessoas”.

Já para Aranha (2002), inclusão significa afiliação, combinação, compreensão, envolvimento, continência, circunvizinhança, ou seja, significa convidar aqueles que têm esperado para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajem todas as pessoas a participar da completude de suas capacidades como companheiros e como membros, assim, faz-se necessário incluir aquele que de alguma forma teve seus direitos perdidos ou por algum motivo não os exerce.

Um dos documentos mundiais mais importantes que promulga ações em favor de uma escola inclusiva é a Declaração de Salamanca (1994) que visa a inclusão educacional e social. Ela vem reafirmar o compromisso pré-estabelecido com o projeto de educação para todos. Assegurando a oportunidade para que crianças e jovens com deficiência ou não se tornem parte integrada do sistema educacional regular, buscando acessibilidade nas escolas expondo que o envolvimento tem que haver de todos, o governo, a comunidade, organizações não

governamentais, os pais e a sociedade em geral, para que assim ocorra uma inclusão tanto na escola como fora de seus muros.

Desse modo, “pensar numa prática pedagógica na diversidade é repensar velhos e novos paradigmas, é reconhecer as pessoas como sujeitos do processo educativo, vendo-as como ‘capazes’ de aprender e também de ensinar” (DINIZ, 2007; ALVES, 2009; VINENTE, 2012). Neste sentido, a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), percebe o movimento pela educação inclusiva como “uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (BRASIL, 2008, p. 1).

A prática inclusiva deve ser estabelecida em sala de aula com atividades criativas e dinâmicas, proporcionando um melhor entendimento do aluno. A forma que é repassado o conteúdo em sala faz toda diferença, por isso é fundamental que o professor esteja sempre buscando novos conhecimentos, procurando sempre o aperfeiçoamento de sua prática diante das necessidades e dificuldades de seus alunos.

A partir dessas reflexões, o tema norteador deste trabalho é: Um olhar sobre as prática pedagógica para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) e seus desafios na atualidade, sendo que a problemática busca responder a seguinte pergunta: Quais práticas pedagógicas estão sendo trabalhadas para a promoção da inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ensino fundamental regular das unidades escolares do município de Picos-PI?

Para compreender de maneira mais clara o que se tem hoje enquanto prática pedagógica no contexto da inclusão, delimitamos como objetivo geral do estudo: Analisar as práticas pedagógicas trabalhadas para a promoção da inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ensino fundamental regular das unidades escolares do município de Picos-PI.

Para um detalhamento do tema central, temos os objetivos específicos que visam: compreender os conceitos atribuídos ao longo da história educacional sobre educação inclusiva; identificar as práticas pedagógicas dos professores na promoção da inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais e Refletir sobre os desafios da prática pedagógica nas unidades escolares para a promoção de inclusão de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

Diante dos objetivos especificados, as questões norteadoras que suscitaram indagações a respeito do processo de inclusão das pessoas com NEE no ensino regular, são: Que práticas

pedagógicas são utilizadas pelos professores em turma que possuem alunos especiais? Existe realmente a inclusão nas escolas do município de Picos? O que os docentes entendem por inclusão? Como é vista a prática pedagógica nos dias atuais?

Desse modo, o presente trabalho é uma tentativa de abordar um pouco mais a questão da inclusão, especialmente no que se refere as suas implicações na estrutura e prática educativa. Esse é um assunto que diz muito sobre o papel do professor, da comunidade e da escola, ambas trabalhando juntas com projetos haverá uma inclusão. Com isso, esse é uma das proposições desse trabalho clarear os princípios sobre as práticas pedagógicas inclusivas vivenciadas pelos educadores da rede municipal de ensino da cidade de Picos/PI.

Os docentes se veem diante de um desafio quando o assunto é inclusão, ainda mais quando se trata de aluno com NEE que simplesmente colocaram na sala de aula para dizer que a escola comunga da proposta de educação inclusivas, mas o problema é muito grave, principalmente quando não existe estrutura física adequada nas escolas, o material didático é precário e o professor não tem conhecimento teórico e nem prático para trabalhar com alunos especiais. Indo contrário a essa problemática, temos observado que quando há apoio às escolas, com ações e políticas públicas efetivas voltadas para a concretização da proposta de uma escola inclusiva, consegue-se uma evolução maior no que diz respeito a inclusão e ao próprio desempenho escolar do educando com NEE, no que tange ao desenvolvimento cognitivo, intelectual, social, afetivo, emocional e físico.

O interesse por esse tema surgiu quando colegas da universidade realizaram o Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental e começaram a indagar que não sabiam o que fazer diante de um aluno com deficiência, o que mais chamou a atenção foi o relato de um professor para o aluno que estava estagiando: “Aluno: - “como passo a tarefa para a aluna com deficiência”? Professor: - “entrega a tarefa para ela se ela quiser fazer bem, se não deixa ela a vontade”.

Isso é inclusão? Tratar o aluno com NEE de modo indiferente das outras crianças, com atividades diferentes, conteúdos diferentes. A prática pedagógica inclusiva não se trata de modificar o aluno com NEE e sim torná-lo tão capaz como qualquer outra criança, enquanto aluno. Observando os alunos especiais inclusos no ensino regular, onde na maioria das vezes não sabem ler nem escrever, percebe-se o desespero no olhar dessas crianças, isso foi o que levou a pesquisadora a escolher essa temática.

Essa pesquisa se enquadra em um estudo de campo de cunho qualitativo exploratório, tem o questionário aberto, a observação e o diário de bordo como principais instrumentos de coleta de dados e para analisar os resultados obtidos, optamos pela análise de conteúdo.

Para embasar as discussões colocadas nesse texto os autores/as selecionados foram: Carvalho, (2004), Cunha (2011), Fantinato (2014), Fernandes (2011), Jannuzzi (2004), Mantoan (2006), Mazzotta (2003), Minayo (1996, 2012.), Sasaki (1997), dentre outros.

Dessa maneira, o trabalho está estruturado em quatro capítulos, além das considerações finais, elencados logo abaixo.

COMPREENDENDO CONCEITOS PARA COMPREENDER A INCLUSÃO: esse primeiro capítulo traz uma abordagem conceitual da temática e, também apresenta um breve histórico da Educação Especial no Brasil.

CONHECENDO ALGUMAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS (NEE): nesse capítulo colocamos em pauta algumas deficiências e síndromes por compreendermos que há necessidade de conhecermos as deficiências existentes no ambiente de sala de aula, mas também de verificarmos o que tem sido realizado no que tange as práticas pedagógicas.

O PERCURSO METODOLÓGICO: apresenta todos os passos seguidos para a construção deste trabalho. Identifica o lócus, os participantes, o tipo de pesquisa, os instrumentos utilizados para a coleta dos dados e a perspectiva de análise dos resultados.

OS DESAFIOS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM NEE NA ESCOLA NOS DIAS ATUAIS: nesse último capítulo é feita toda a análise dos dados encontrados, que contribui para compreendermos as nossas indagações frisadas nos nossos objetivos.

**CAPÍTULO I - COMPREENDENDO CONCEITOS PARA COMPREENDER A
INCLUSÃO**



“Dá, perfeitamente para conviver com as diferenças. Basta que prevaleça o respeito e não julgamento”.

(Angélica Araújo)

Para que o leitor possa ter uma compreensão acerca do que seja de fato e está envolvido no processo de inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, iniciamos o presente capítulo abordando alguns conceitos que julgamos relevantes para o entendimento de como se constituiu ao longo dos anos o contexto histórico de inclusão de pessoas com NEE.

A educação inclusiva é um projeto que visa a integração e o desenvolvimento integral dos educandos com e sem deficiência a partir da ressignificação dos sistemas de ensino, do papel do professor e das práticas pedagógicas adotadas em sala de aula. Para Mitler (2004), trata-se de um “processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola(p.25)”.

Assim, a educação inclusiva tem se configurado em um novo paradigma educacional, baseado no apreço a diversidade e na reformulação das velhas práticas pedagógicas tradicionais que vem sendo praticadas ao longo dos tempos em detrimento de uma metodologia mais dinâmica a fim de assegurar que todos os alunos possam ser beneficiados no processo de ensino-aprendizagem dentro do mesmo espaço escolar que é a sala de aula comum. Nesse entendimento, Fernandes (2011), ressalta que “o movimento pela inclusão busca ampliar a ação da escola em relação ao processo de ensino e aprendizagem e seus desdobramentos, contemplando todos os alunos, independente de suas singularidades (p.80) ”.

Nessa raia, Sasaki(1997, p 14)especifica que a inclusão é um,

[...] processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais, e simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar sobre a equiparação de oportunidade para todo.

Desse modo, incluir é acabar com o preconceito deixar de lado toda intolerância e discriminação, aceitar e respeitar cada um em sua peculiaridade. Incluir é garantir que os direitos sociais, políticos e culturais de todas as pessoas sejam usufruídos plenamente.

É preciso deixar claro, que inclusão escolar não é somente matricular um aluno com necessidade educacional especial em uma sala de aula comum, e dizer que está incluído. Incluir é fazer com que ele se beneficie do currículo escolar, das práticas pedagógicas, da convivência com os outros alunos, é abrir horizontes e garantir espaço. Quando o aluno com NEE é matriculado com outros alunos que não possuem essa especificidade, eles têm uma troca de informação muito rica, um passa a ajudar e a respeitar o outro, fazendo com que a convivência nos espaços escolar esse já próspera, concretizando a proposta de educação para todos através da construção da escola inclusiva.

Sá (2012) afirma que a escola inclusiva exige novas estruturas e novas competências. Assim temos observado que as escolas públicas não têm correspondido às características individuais e socioculturais diferenciadas de seu alunado, funcionando de forma seletiva e excludente. Desse modo, Mantoan (2006) coloca que “[...] a inclusão é uma provocação cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino nas escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula” (p. 20), pois, para que a inclusão seja realmente efetivada, os sistemas de ensino terão de se reorganizarem tanto em termos de adequação física, curricular e pedagógica, quanto em relação a promoção de recursos humanos qualificados.

1.1 Breve histórico da Educação Especial no Brasil

A partir de agora, estaremos apresentando o cenário em que se deu a construção da Educação Especial no Brasil, tendo como base acontecimentos históricos que fazem parte do processo de organização política e da própria história da educação em nosso país.

A Educação Especial tem seu marco no período Imperial, mais, precisamente em 1854, Dom Pedro II, influenciado pelo ministro do Império Couto Ferraz, criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos na cidade do Rio de Janeiro. Com intuito de dar apoio aos meninos e meninas cegas, pois ele acreditou no potencial dessas crianças. Em 1857, D. Pedro II também criou o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos. Ainda no período imperial, em 1874, iniciou-se o tratamento de deficientes mentais no hospital psiquiátrico da Bahia (hoje hospital Juliano Moreira) (MAZZOTA, 2005,p.27).

A educação voltada para alunos com deficiência mental, de acordo com Xavier(1997) e Moussatché (1977), durante muitos séculos foi encarada de maneira inteiramente negativa por povos e governos de diferentes países. Entretanto no Brasil, foi a partir da segunda metade do século passado, especificamente na década de cinquenta que os pais de crianças com deficiência começaram a se organizar em associações a fim de tomar posição conjunta

que oferecesse melhor compreensão a respeito da deficiência mental. Assim surgiram as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) efetivando um projeto de educação voltado para as pessoas com deficiência.

Na década de sessenta foi criado o primeiro órgão dentro do Ministério da Educação, o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), responsável pela gerência da Educação Especial no Brasil, o que impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência. (CHINALIA e ROSA, 2008). Nos anos de 1988, surge a Constituição Federal, assegurando a educação como um direito de todos e garantindo o Atendimento educacional especializado (AEE) para os deficientes, preferencialmente na rede regular de ensino.

Finalmente, na década de noventa, começa a se desenvolver-se o princípio denominado de inclusão, que tem como perspectiva a incursão total dos indivíduos com NEE na sociedade e na escola. Pode se dizer de modo geral, que o “termo integração abriu o caminho para o surgimento do paradigma da inclusão e da equiparação de oportunidade” (CHINALIA E ROSA, 2008, p 27), pois, foi a partir do princípio da integração surgido no século XVIII, que começou a ser construída as bases para o desenvolvimento da Educação Especial.

A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), reafirmou o direito de todas as pessoas a educação, para isso era necessário universalizar a educação, melhorar sua qualidade e tomar medidas efetivas no combate as desigualdades. Com isso, os países participantes deveriam promover planos e ações no combate ao analfabetismo, garantindo que as crianças, jovens e adultos tivessem acesso aos espaços escolares.

A partir da Declaração de Salamanca (1994), o Brasil oficializou definitivamente a discussão de ideias voltada para a diversidade discente. Este documento trouxe uma visão nova de educação, englobando princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, pois apresentou uma nova perspectiva em relação ao trabalho pedagógico destinado as crianças. Esse documento normativo acredita e proclama que todas as crianças possuem características, interesses, habilidades e necessidades que são únicas e, portanto, tem direito à educação e à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Dessa forma esse documento defende que,

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de

necessidades especiais dentro da escola (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 11).

Essa Declaração, possibilitou abrir espaço para a discussão da escola inclusiva, ressignificando o papel Educação Especial que passa a trabalhar agora em cima das potencialidades humanas, ofertando aos alunos com NEE, acesso a serviços e recursos especializados com o intuito de garantir a esses aprendizes, acessibilidade ao currículo formal da escola regular de modo que possam progredir satisfatoriamente no processo de aquisição do saber sistematizado. Posto isso, a expressão necessidades educativas especiais passa a se referir “a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade”(DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.6).

Assim, faz-se urgente que as escolas e os professores promovam uma pedagogia centrada na criança, que atende as necessidades de cada um, proporcionando uma educação para todos, sem discriminação e respeitando as diferenças e suas necessidades.

Indo de encontro com essa proposta inclusiva, a LDB/1996, incorporou um capítulo destinado especificamente a Educação Especial, definindo-a em seu Art. 58 como uma, “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996). Além dessa definição a LDB, no seu Art. 59 garante aos alunos com NEE,

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 1996).

De acordo com essa perspectiva, vários outros documentos normativos foram surgindo, subsidiando ações em favor da educação dos alunos com NEE na rede regular de ensino, dentre os quais são destaque a resolução n° 02/2001 que instituiu as Diretrizes

Nacionais para a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva-SEESP/MEC (2008), que passou a orientar os Estados e Municípios na organização de suas ações no sentido de transformarem seus sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos e a resolução nº 04/2009 que instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial garantindo a esses alunos o acesso e permanência na rede regular de ensino.

**CAPÍTULO II – CONHECENDO ALGUMAS NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS (NEE)**

“É apenas com o coração que se pode ver direito; o essencial é invisível aos olhos”.

(Antoine de Saint Exupéry)

Neste capítulo apresentaremos algumas deficiências e suas especificidades, por considerarmos que se torna cada vez mais necessário entendermos as peculiaridades apresentadas por essas deficiências, especialmente dentro do campo pedagógico onde se entende ser necessário desenvolver ações, práticas pedagógicas e metodológicas significativas em prol da inclusão das pessoas com NEE no ambiente escolar. Por essa razão, destacamos sete deficiências comumente encontradas dentro da escola e conseqüentemente trazem muitos desafios para a prática docente.

2.1 Deficiência Intelectual

Caracteriza-se por registrar uma redução notável do funcionamento intelectual abaixo da média, com algumas limitações associadas as capacidades adaptativas como, saúde, lazer, segurança, habilidade social, habilidades acadêmicas e trabalho. O início da deficiência intelectual ocorre antes dos dezoito anos, caracterizando com um transtorno de desenvolvimento, é uma deficiência muito complexa que pode causar muitas limitações aos indivíduos. Assim podemos classificar a deficiência mental nos seguintes níveis;

- Leve: nesse nível da deficiência é comum que a pessoa consiga desenvolver habilidades escolares e profissionais.
- Moderado: aqui a pessoa não tem capacidade suficiente para um desenvolvimento social, mas há programas supervisionados de trabalho que ajuda a pessoa a manter economicamente na sociedade.
- Severo: nesse nível, o DM retrata um limitado desenvolvimento motor e um pequeno desenvolvimento de linguagem.
- Profundo: geralmente quando é nesse nível o deficiente mental tem um retardo alto e a capacidade motora mínima.

No ambiente escolar é preciso considerar algumas estratégias pedagógicas para que esse aluno possa se sentir parte integrante do ambiente, não esquecendo que toda aprendizagem deve ser coerente com o seu nível de desenvolvimento. Logo, o professor necessita ter uma flexibilidade maior em relação ao processo de aquisição do saber por parte

desse educando, ao mesmo tempo não pode jamais predeterminar qual será o limite de desenvolvimento que esse aluno pode alcançar.

2.2 Deficiência Física

Em consonância com a com as Diretrizes Nacional da Pessoa com Deficiência, a deficiência física consiste na alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, ocasionando o comprometimento da função física, portanto a,

[...] pessoa portadora de deficiência física é aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, parapesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2003).

A criança com deficiência física, em geral, tem certa dificuldade na escola por ter problema de coordenação motora, tornando assim o aprendizado mais lento. Quando é um caso de lesão cerebral grave acaba atingindo a fala tendo dificuldade na aquisição da linguagem, leitura e escrita. Ter um aluno com deficiência física na escola significa tornar o espaço adequado com rampas de acesso, corrimões e banheiros adaptados. Em sala de aula é possível se utilizar da tecnologia assistia ou aumentativa, sendo que o professor deve sempre respeitar o espaço e tempo do aluno para responder as atividades propostas e isso se aplica a qualquer deficiência.

2.3 Deficiência Visual

A deficiência visual, de acordo com a Política Nacional da Pessoa com Deficiência, pode acarretar baixa visão, que significa acuidade visual e que poderá ocasionar a perda total da visão ocular. Deficiência visual é uma categoria que inclui pessoas cegas e pessoas com visão reduzida. Na definição pedagógica, a pessoa é cega, mesmo possuindo visão subnormal, quando necessita da instrução em braile e a pessoa com visão subnormal pode ler texto impressos ampliados com a utilização de lentes e auxílios ópticos especiais. De acordo com Silva (2014),

A deficiência visual não provoca alterações na potencialidade do aluno para estabelecer relações com as pessoas, objetos e fatos. Sendo assim, não representa limitações no que diz respeito a satisfazer as necessidades básicas e responder significativamente aos estímulos que o rodeiam (p.53).

Segundo a organização mundial de saúde (OMS) os graus de deficiência visual podem ser classificados em baixa visão leve, moderada ou profunda. Logo, na sala de aula o professor deve manter sempre organizado os objetos, carteiras e mochilas, ajudando assim na mobilidade do aluno com deficiência visual e quanto ao processo de alfabetização desses alunos, a escola pode contar com o suporte essencial do atendimento educacional especializado (AEE) e com a sala de recursos.

2.4 Deficiência Auditiva

A deficiência auditiva é um tipo de privação sensorial, cujo sintoma comum é uma reação anormal diante do estímulo sonoro (Gagliardi & Barrella, 1986). A surdez é, portanto, caracterizada pela perda, maior ou menor, da percepção normal dos sons, havendo vários tipos de deficiência auditiva, em geral classificadas de acordo com o grau de perda da audição. Esta perda é avaliada pela intensidade do som, medida em decibéis (dB), em cada um dos ouvidos (Marchesi, 1996).

A inclusão do aluno com deficiência auditiva, deve acontecer em situação bilíngue durante todo o processo educacional na escola comum com o apoio do AEE. A língua brasileira de sinais (LIBRAS) deve ser usada pelos professores, sendo que o professor que não tem conhecimento algum deve procurar a secretaria de educação para colocar um interprete em sala de aula, o aluno tem direito a ter um interprete em sala, a ter acessibilidade na escola, e uma sala de recursos, na qual o educando com deficiência auditiva possa ter aulas no contra turno da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. Isso vai garantir uma inclusão mais efetiva, sendo que o apoio da família é fundamental para que essas pessoas sejam incluídas efetivamente na escola e na sociedade.

2.5. Síndrome de Down

A síndrome de Down (SD) é uma condição crônica que impõe múltiplos desafios não só à criança acometida, mas também a toda sua família e a escola. Trata-se de uma desordem cromossômica, a trissomia do cromossomo 21, cuja frequência é de 1:750 nascidos vivos, tendo como fator de risco preponderante a idade materna avançada (35 anos) (CAPONE, 2004; PUESCHEL, 1999).

O indivíduo com SD apresenta uma implicação no desenvolvimento da linguagem de forma mais lenta tornando assim um atraso maior nos estudos. A família é parte fundamental

no desenvolvimento da linguagem, já que, é através da interação e do diálogo que estimula o desenvolvimento da criança.

A inclusão dos alunos portadores de SD é uma das mais complexas, já que a inclusão no ensino regular é essencial para que a criança possa se preparar para o convívio na sociedade e no trabalho. A escola enquanto espaço destinada a formação integral do ser humano deve estar preparada para atender essas crianças, visto que, é nesses espaços que elas têm a oportunidades de aprender e se desenvolver a partir das interações de aprendizagem e sociais que são constantemente produzidas nesses ambientes. Segundo Cunha (2011),“a aprendizagem do aluno depende da integração dos aspectos neurológicos e das funções específicas, como linguagem, percepção, esquema corporal, orientação espaço-tempo e lateralidade. A escola é muito importante para isso” (p.9).

Dessa maneira, a mediação do professor é uma das condições fundamentais para o sucesso da inclusão das crianças com deficiência na escola regular (GRAAF, 2002). É ele quem vai detectar no dia-a-dia quais ajustes podem e devem ser feitos no ambiente, é quem vai colaborar na interação da criança com outros colegas, bem como criar situações satisfatórias para a criança desenvolver uma boa convivência social (HOLDEN; STEWART, 2002).

O professor deve estar sempre atento às necessidades do dia a dia e promover atividades em grupo, os colegas de sala deverão ser encorajados a ajudar o colega com SD, para que assim diminua o isolamento social e acabe com o preconceito.

2.6 Autismo

O Transtorno Autista é uma condição pertencente à categoria denominada Transtornos de Neuro desenvolvimento, recebendo o nome de Transtornos do Espectro Autista (TEA). Assim, o TEA é definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico, que deve estar presente desde a infância, apresentando déficits nas dimensões sócio comunicativas e comportamental (APA, 2013).

As crianças com TEA, têm dificuldades na inclusão tanto escolar, como social, por muitas vezes ter o comportamento agressivo e não saber como se comunicar e interagir com as outras pessoas. Estas características podem favorecer o isolamento da criança, empobrecendo ainda mais suas habilidades comunicativas. Nesse aspecto, a literatura é unânime em indicar diagnóstico e intervenção precoces para o TEA (BRASIL, 2013).

Nessa perspectiva, o papel da escola inclusiva se torna essencial, fazendo com que

essa criança possa interagir com outras crianças, tendo assim cada vez mais experiências de socialização. De acordo com Höher Camargo e Bossa (2012), o contexto escolar oportuniza contatos sociais, favorecendo o desenvolvimento da criança autista, assim como o das demais crianças, na medida em que convivem e aprendem com as diferenças.

Nesse enlace, as escolas precisam contar com o apoio de professores especializados e das salas de recursos, para auxiliá-las nas necessidades educacionais de cada aluno, “sendo que o grande foco na educação escolar deve estar no processo de aprendizagem e não nos resultados, porque, nem sempre eles virão de maneira rápida e como esperamos (CUNHA, 2011, p. 89). Conseqüentemente, as vivências de aprendizagem necessitam ser praticadas tanto nas salas de recursos como nas salas de ensino regular.

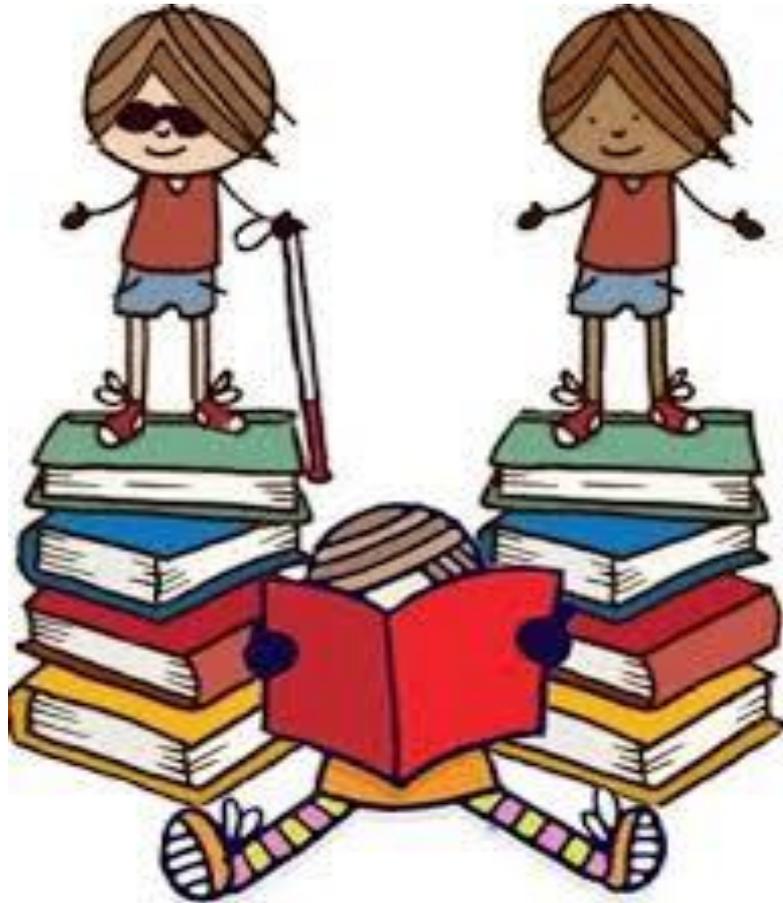
2.7 Síndrome de Asperger

A síndrome de Asperger (SA), denominada como transtorno ou desordem de Asperger é caracterizada como um Transtorno Global de Desenvolvimento - TGD, muito parecido com o Autismo, mas sendo um tipo mais brando. O que acaba tornando o diagnóstico mais difícil, pois essas características se assemelham ao TEA.

Com isso, dois fatores são utilizados para ter um diagnóstico específico, o período de alcance da fala e a idade de identificação do diagnóstico que seria a partir de 3 anos. ASA ocorre muito mais em meninos do que em meninas, e se tratado precocemente, quando adultos podem ter uma vida comum, assim como alguns famosos, com destaque para o físico Albert Einstein, Isaac Newton, Bill Gates e Lionel Messi.

Algumas peculiaridades que acabam por se tornar uma dificuldade no aprendizado dessas pessoas, seria a dificuldade no desenvolvimento da linguagem, comportamento repetitivos, atraso na coordenação motora e interação social. Na escola pode ser utilizada estratégias, recursos e práticas pedagógicas adaptadas por parte do professor com o propósito de envolver a criança com o meio social, promovendo a interação com os colegas e conseqüentemente com o aprendizado sistematizado.

CAPÍTULO III: OPERCURSO METODOLÓGICO DO ESTUDO



“Se as coisas são inatingíveis, não é motivo para não querê-las. Que tristes os caminhos, se não fora a presença distante das estrelas”.

(Mário Quintana)

Pesquisar sobre As Prática Pedagógica na Educação Inclusiva de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e seus desafios na atualidade, nos oportuniza conhecer a realidade acerca dos desafios encontrados por professores e alunos no que tange a inclusão enquanto superação de preconceitos, dificuldades estruturais, rompimento de barreiras humana e muitos problemas que interferem diretamente nesta questão. Dessa forma, surge a proposta de pesquisa para aprofundamento dos conhecimentos teóricos e práticos a respeito da temática. Assim, nesse capítulo apresentaremos todos os passos seguidos para a construção deste trabalho, caracterizam os tipo de pesquisa, os instrumentos utilizados para a coleta dos dados, a perspectiva de análise dos resultados, identificamos o local e os participantes da pesquisa e contextualizamos a situação da Educação Especial no município de Picos-PI.

3.1 Caracterização da pesquisa

Este estudo se apresenta como uma pesquisa de campo dentro de uma abordagem qualitativa de caráter exploratório que, segundo Gerhardt e Silveira (2009), caracteriza-se por ser uma pesquisa em que o foco é o aprofundamento da compreensão dos professores e da sociedade, de uma organização sem valor numérico, então se restringe a esclarecer e explicar os conceitos, definições e aspirações dos participantes em relação a inclusão de pessoas com NEE no campo educacional

De acordo com Marconi (2006, p.125) a pesquisa de campo é“ [...] utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.”

Nesse enquadramento, percebe-se que as pesquisas em geral, visam expor a complexidade de determinado problema. Por essa razão, pontuamos que se faz necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos tanto pela comunidade escolar, como pelos professores no processo de construção de uma escola inclusiva. A partir dessa acepção, Minayo (1996,p.10), define o estudo qualitativo,

como aquele capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, as relações as estruturas sociais, sendo essas ultimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.

Para Richardson (2007, p. 79) a abordagem qualitativa,

justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social (...) podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a intenção de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, (...) e em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos

Seguindo por essa óptica, a pesquisa qualitativa exploratória segundo Gil (2007, p. 41), proporciona, mais familiaridade como o objeto de estudo, o que permite explicitar ou construir hipóteses a respeito do problema pesquisado,

Proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Dito isto, é possível afirmar, que pesquisa exploratória é adequada para o presente trabalho, pois é através desta que é possível conhecer o ponto de vista dos profissionais atuantes, construir teorias, sendo possível se familiarizar com o fenômeno que está sendo investigado, fazendo com que a pesquisa possa ser idealizada com maior compreensão e precisão. Sendo esse tipo de pesquisa utilizada quando o assunto é pouco conhecido, pouco explorado, como objetivo de se familiarizar com determinado campo de estudo.

3.2 Participantes e campo da pesquisa

De acordo com Lakatos e Marconi (1996, p. 108), “o universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”.

Os participantes da pesquisa foram escolhidos de acordo com os objetivos proposta para a construção deste trabalho, sendo que os mais adequados se constitui por serem professores da rede municipal de ensino e funcionário da Secretaria de Educação do Município responsáveis pela Educação Especial e Censo Escolar Municipal. A pesquisa conta com a participação de 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Educação, responsável pelo setor de Educação Especial e pelo Censo Escolar do Município e 03 (três) professores da rede pública de ensino, que estão no exercício do magistério em turmas de 4º ano do Ensino Fundamental, somando um total de 04 (cinco) participantes

Os locais escolhidos para a realização da pesquisa foram as escolas municipais Padre Madeira, Justino Luz e Coronel Francisco Santos, localizadas no centro e nos arredores do município de Picos-PI, e para a complementação dos dados da pesquisa buscamos mais informações na Secretaria Municipal de Educação do referido município.

Escola Padre Madeira



Fonte: arquivo pessoal, 2017

Escola Justino Luz



Escola Coronel Francisco Santos



Fonte: arquivo pessoal, 2017

No que diz respeito à escolha das escolas que fazem parte do estudo, foi realizado um levantamento na Secretaria Municipal de Educação de Picos-PI, com o intuito de verificarmos o número de escolas que fazem parte da presente rede. Considerando o resultado apresentado e, também contemplando os objetivos da pesquisa optou-se pelas escolas que possuem alunos que foram diagnosticados com alguma NEE. Assim, visitamos as escolas e optamos pelas três instituições referidas anteriormente.

3.3 Instrumento de coleta de dados

Com o objetivo de registrarmos as percepções dos participantes do estudo acerca do tema pesquisado, optamos pela elaboração de questionário com questões abertas e fechadas e a observação.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Desse modo, o questionário é visto como “um instrumento constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidos por escrito e sem a presença do investigador” (RICHARDSON, 2007. p. 189).

De acordo com Fiorentini e Lorenzato (2007, p. 117),

Os questionários podem servir como uma fonte complementar de informações, sobretudo na fase inicial e exploratória da pesquisa. Além disso, eles podem ajudar a caracterizar e a descrever os sujeitos do estudo, destacando algumas variáveis como idade, sexo, [...].

Conforme Lakatos (2006, p. 98),

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

Também usamos o diário de bordo para registro de nossas impressões sobre o cotidiano vivenciado nas escolas participantes do estudo nos dias em que nos fizemos presentes no interior das mesmas a fim de conhecer seu cotidiano no que diz respeito as práticas pedagógicas dos professores e o processo de inclusão de alunos PNEE.

De acordo com Zabalza (2003), a elaboração de Diários de Bordo contribui para que os professores se transformem em investigadores de si próprios, primeiro como narradores e posteriormente como analistas críticos dos relatos que elaboram. Essa também é uma estratégia interessante aqui utilizada para a formação de profissionais críticos e reflexivos.

Conforme as anotações e percepções da realidade observada é que o presente trabalho se torna mais completo, analisando o dia a dia do professor frente aos desafios. O diário de bordo permite uma reflexão mais detalhada sobre o ambiente explorado.

Segundo Freitas & Villani (2002, p.1), “a complexidade da sala de aula comporta situações problemáticas que requerem decisões em um ambiente marcado pela incerteza, instabilidade, singularidade e permeado por conflitos de valores”. Sendo que, dessa forma, as impressões obtidas através do questionário aberto, das observações e das anotações em diário de bordo, se constituiu nos instrumentos fundamentais para a concretização desta pesquisa.

3.4 Tratamento dos dados coletados

Os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário aberto, das observações e anotações no diário de bordo, foram analisados através do método da análise de conteúdo, entendemos que essa seja a forma mais adequada para expressarmos nossa compreensão em relação aos resultados obtidos com os instrumentos de coleta de dados. E, ao mesmo tempo verificarmos se alcançamos os objetivos do presente estudo.

Posto isso, Minayo (2012), afirma que “[...] através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (p. 84).

Utilizando as palavras de Chizzotti (1998), a análise de conteúdo tem como objetivo principal “compreender o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (p.98). Consequentemente, podemos inferir que a análise de conteúdo se configura em um método muito eficaz para desvelarmos as concepções dos professores em relação às práticas pedagógicas para a inclusão de pessoas com NEE no espaço escolar.

3.5 Situação da educação especial no município de Picos-PI

A cidade de Picos é conhecida por “cidade modelo ou ‘capital do mel por conta de seu grande desenvolvimento econômico, social e cultural. Picos é conhecida nacionalmente pela maior produtora de mel do Nordeste. Tornando a atividade econômica mais desenvolvida da cidade.

De acordo com os dados do IBGE (2015), o município de Picos tem 76.544 habitantes. Está localizada a 307 Km de Teresina, capital do estado do Piauí. Geograficamente está situada na região centro-sul do Piauí, sendo o segundo maior entroncamento da região Nordeste, por isso há um grande fluxo populacional.

Picos possui atualmente uma universidade federal – Universidade Federal do Piauí – UFPI, uma universidade estadual – Universidade Estadual do Piauí – UESPI, uma faculdade particular – Faculdade Raimundo Sá, um instituto federal – Instituto Federal de Tecnologia e Ciência do Piauí – IFPI. Dentro deste cenário acadêmico vemos a relevância do estudo na cidade de Picos, bem como a socialização do mesmo no universo acadêmico, pois constatamos a necessidade de estar contribuindo para a formação profissionalizante dos professores que atuam na Educação Básica e também de expandir o conhecimento formal para as demais áreas do conhecimento. Temos a compreensão de que o processo de inclusão

acontecerá de fato quando a sociedade estiver de fato sensível a temática e mudar seu comportamento a respeito do processo de inclusão necessário na escola e nos demais espaços sociais.

A Secretaria de Educação, instituição responsável pela organização, sistematização e dinâmica do ensino na rede pública, infelizmente encontra-se desorganizada, no sentido de que não há funcionário responsável por cada setor que a compõem, como exemplo, o de Educação Especial, no momento todos estão em escolas sendo diretores deixaram suas funções para gerir uma escola, buscando atender outra demanda municipal.

A atual situação é muito delicada na esfera municipal de educação. Pois, para poder terminar o ano sem que os alunos sejam prejudicados, houve a necessidade de transferir cada Secretário para as escolas, pois a maioria das escolas de Picos ficou sem diretor, vigia, merendeira e professor, após a aplicação de uma medida política adotada pelo prefeito a fim de conter gastos e poder nomear concursados em suas respectivas vagas.

O apoio que a Secretaria de Educação do município de Picos tem dado as escolas é mínimodiante da complexidade e amplitude que é a incluso de alunos especiais no cenário escolar. A explicação da secretaria senhora Irene Luz, é que o processo de inclusão não foi perdido por conta de não ter tido tempo, nem verba suficiente para executar as atividades envolvendo toda comunidade e escola na área da educação especial. A Secretaria tem promovido palestras, seminário se visitas de especialistas nas escolas.

O dever do governo é disponibilizar recursos financeiros para reformar as escolas etorná-las mais acessíveis de acordo com as orientações do Ministério da Educação conforme está estabelecido em Lei. Infelizmente este ano foi o pior de todos, pois não foi recebida verba alguma para tais eventos. Assim, segundo a responsável pelo setor de Educação Especial, esse ano não foi feito praticamente nada no que diz respeito a mudanças tanto em estrutura como em especializações.

Diante do exposto na fala da participante, fica evidente o descomprometimento do município e do Estado no que diz respeito à promoção da inclusão da pessoa deficiente na rede municipal de ensino. Como também, a qualificação do profissional do magistério, organização da infraestrutura das escolas, aquisição de material didático.

A responsável pelo setor de educação especial, confirmou que foi feita uma pesquisa para apurar os dados de quantas escolas e quantos alunos com NEE teria na cidade de Picos, na rede municipal de ensino. A informação que foi dada é que essa pesquisa seria para construção do mapa texto, que até então não foi possível construí-lo.

O município de Picos possui mais de 300 crianças aproximadamente com necessidades educacionais especiais. As que foram diagnosticadas fazem parte desse número, mas, há muitas crianças que estão sem diagnóstico para especificar suas deficiências e assim poder realizar um atendimento educacional especializado

Grande parte das escolas municipais, não tem total conhecimento da realidade sobre inclusão ou até mesmo sobre a própria necessidade educacional especial. Durante a visita a uma das escolas escolhidas para a pesquisa pode ser percebido que muitos profissionais como professores, vigia e merendeira, não sabem como lidar com esses alunos. É preciso ter mais diálogo tanto com a escola e profissionais, como com a comunidade. Palestras que falem sobre NEE, sobre cada deficiência, sobre a capacidade que cada um possui, essas crianças não de veriam ser vistas como coitadinha. Em algumas escolas, como a Padre Madeira, Justino Luz, Duque de Caxias, Francisco Santos possuem sala de AEE. A sala de recursos é o apoio que todo professor necessita, quando o aluno com uma deficiência de alto grau está muito agitado, o responsável pela sala dá o apoio necessário.

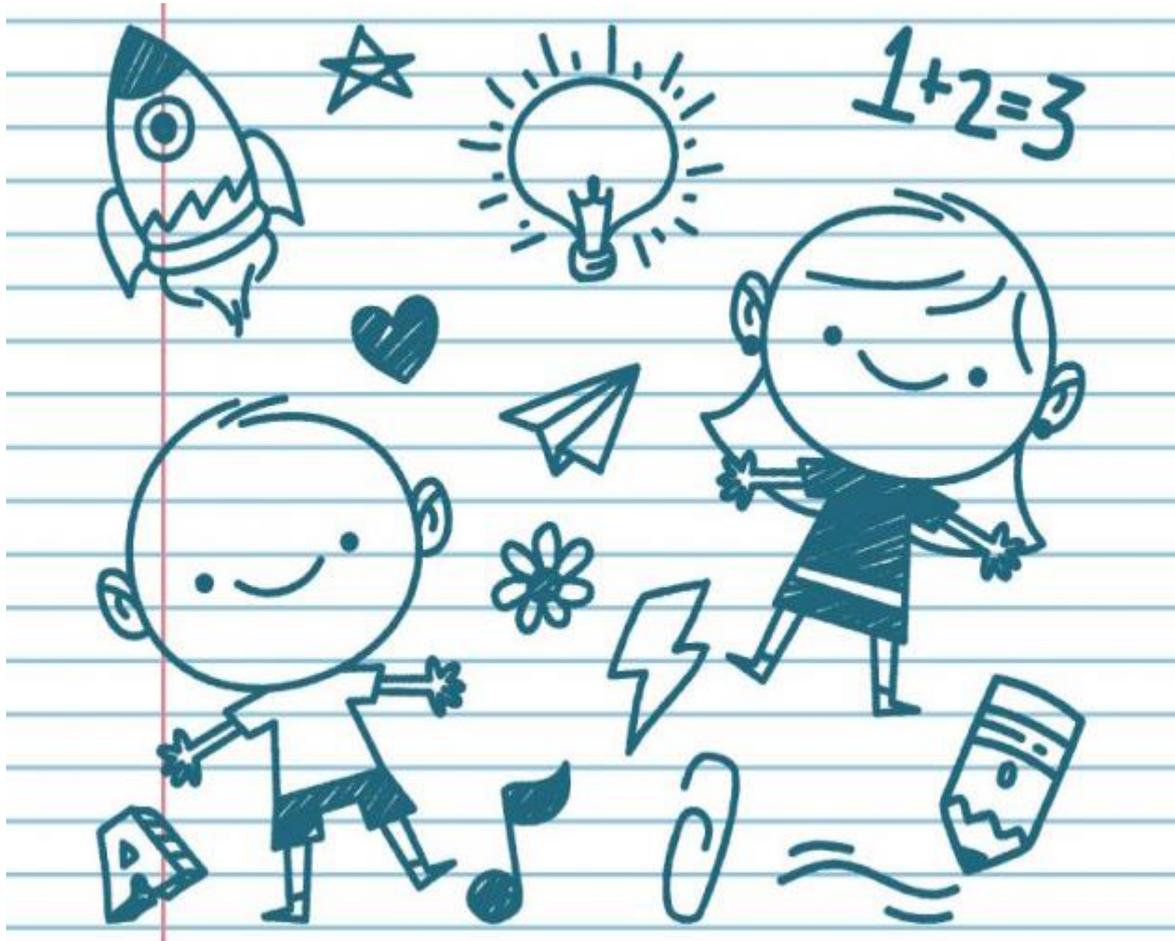
No que diz respeito à formação continuada na área de Educação Especial ou atendimento educacional especializado(AEE), o professor tem que buscar por conta própria, pois não recebem apoio em relação a formação da secretaria de educação.

Em alguns casos como a professora, destacou não é todo professor que quer aceitar um aluno deficiente em sala por medo e por insegurança, até por que o professor muitas vezes se encontra sozinho em uma sala com 30 alunos não tem como dar de conta, ou seja, não estão preparados para tal desafio. Porém, por lei é obrigatório que as escolas e professores recebam os alunos com NEE na sala regular de ensino e assegurem que esse aluno tenha pleno acesso ao currículo formal da escola, sendo que a LDB/1996 é uma das lei que vem corroborar com essa obrigatoriedade.

A partir do momento em que tomamos posse do que a realidade da Educação Especial na cidade de Picos, no que tange ao apoio da Secretaria, a estrutura ofertada nas escolas, e o contexto das Unidades Escolares contempladas em nossa pesquisa, abordaremos a seguir o ponto chave do estudo, ou seja, trataremos das práticas pedagógicas na educação inclusiva.

Após termos apresentado o percurso metodológico da pesquisa, seguimos com a apresentação dos resultados do presente estudo no item a seguir. Onde constatamos de antemão que a pesquisa tem como benefício contribuir no estudo sobre as práticas pedagógicas na educação inclusiva de crianças e jovens com NEE. O estudo traz esclarecimento e conhecimento no assunto tão pouco abordado na realidade me que fora desenvolvido.

**CAPÍTULO IV - OS DESAFIOS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A
INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE NA ESCOLA NOS DIAS ATUAIS**



*“Ela acreditava em anjo e, porque acreditava,
eles existiam”.*

Clarice Lispector

O desafio da prática pedagógica na escola nos dias atuais, inicialmente acontece em virtude do despreparo dos professores para acolher os alunos com NEE. Isso se dá porque nem todos os professores estão sendo preparados adequadamente para essa tarefa e muitas a própria comunidade escolar desconhece não está totalmente inteirada do que seja o processo de inclusão e das complexidades das deficiências existentes.

Nessa perspectiva o papel do professor é fazer com que o aluno com NEE que possui dificuldade em determinada tarefa ou conteúdo se sinta capaz de realizá-la ou apreendê-lo, claro que para isso a escola e os professores precisam dispor do auxílio de recursos especializados para atender as particularidades de cada aluno. Contudo, através da observação constante durante o processo de escolarização desses alunos com NEE, o educador tem a oportunidade de reconhecer suas potencialidades e suas necessidades específicas, e pode desenvolver estratégias para suprir as carências que se apresenta no processo de aprendizagem.

Para tal empreitada, o professor deverá buscar atualizar seu conhecimento constantemente por meio da formação continuada, de especializações na área, pesquisas, do compartilhamento de ideias em momentos formativos dentro da própria escola, tudo isso poderá auxiliar a prática docente, melhorando a qualidade do ensino em sala de aula e contribuindo para a inclusão nos espaços escolares. Fantinato (2014, p.11) ao abordar questões relacionada a formação docente para atuar junto a diversidade discente, pontua o seguinte,

A lógica hoje é de uma escola flexível, que valorize edesenvolva as diferenças e compartilhe o desafio de aprender o que fazer e quais práticas adotar, atendendo às exigências atuais, adaptando-se aos alunos e não o inverso. Os professores devem basear o seu fazer pedagógico reconhecendo e desenvolvendo as diferentes inteligências dos alunos, valorizando os estilos de aprendizagem, complementando e estimulando aprendizagens diferentes.

Nesse quesito, o papel do governo é de fundamental importância, pois tem por obrigação promover políticas públicas que contemplem a realidade educacional como um todo, em relação a vida nas escolas financeiramente e com materiais didáticos voltados para crianças com e sem deficiência e também investir na formação do corpo docente.

Diante do que se espera hoje das escolas, podemos afirmar que muitas estão longe de poder oferecer um processo de inclusão digno a tais alunos especiais, descumprindo o que

está previsto no âmbito legal. Não distante do que acontece com várias escolas no contingente brasileiro, no que tange ao preparo da estrutura física das escolas e do preparo da equipe docente, sabemos que em Picos PI, a situação não é diferente

Antes de iniciarmos a análise do questionário, é relevante destacar que os participantes a partir de agora passam a ser identificados através de codinomes, com o objetivo de manter a identidade de todos preservada. Por esse motivo, eles receberão as seguintes identificações: P1, P2, P3 e P4. Feito essa identificação, pontuamos que as perguntas dos questionários serão pontuadas uma por uma, com o intuito de desvelarmos os desafios das práticas pedagógicas para a inclusão na atualidade sob o olhar dos professores. Então agora passamo-nos as questões.

O que os professores compreendem por educação inclusiva?

(P1); A inclusão é parte de cada um é como o meio ambiente cada um tem que fazer sua parte, assim conquistam espaço, é uma educação voltada para todos que não exclui ninguém do universo educacional.

(P2); O termo educação inclusiva supõe a disposição da escola de atender diversidade total das necessidades dos alunos nas escolas comuns. Que tenha expectativas a respeito de seus alunos e entenda a diferença como um fator positivo.

(P3); Uma educação na qual consiste em garantir o direito da criança com necessidades educacionais especiais de ser incluída na escola com acompanhamento adequado.

(P4); É a educação que acolhe, que oferece oportunidades para que o aluno cresça, participe, se sinta valorizado e respeitado acima de tudo.

Por meio das respostas podemos perceber que todos os participantes entendem muito bem conceito e os princípios que fundamenta a educação inclusão, quando colocam que é “atender diversidade” (P2) ou “*é a educação que acolhe, que oferece oportunidades para o aluno [...]*” (P3). De modo específico, Para Mills (1999, p.25) o princípio que rege a educação inclusiva é : “o de que, todos devem aprender juntos sempre que possível, levando em consideração suas dificuldades e diferenças”.

Nessa raia, Carvalho(2006, p.79) pontua que “ [...] a educação inclusiva pode ser considerada como um processo que permite colocar valores em práticas, sem pieguismos, caridade, filantropia, pois está alicerçada em princípios que conferem igualdade de valor a todas as pessoas. Todas”. Portanto podemos inferir que esse paradigma educacional busca reestruturar os sistemas de ensino como uma maneira de tornar a escola um ambiente propício para acolher a todos os alunos com e sem NEE nas suas mais variadas necessidades.

De que maneira o educando com NEE tem sido incluído no cotidiano escolar, sobretudo na sala de aula?

(P1); a passos lentos que o próprio professor não aceita o aluno com NEE, por conta da dificuldade na sala de aula, não tem o apoio necessário e nem pode dar atenção de mais nem de menos.

(P2); tem sido incluso de forma moderada devido aos obstáculos ainda enfrentados; entre eles a falta de recursos e professores capacitados e tem um fator que ainda persiste que é a falta de conexão e diálogo entre a educação especial eo ensino comum.

(P3); a partir de atividades onde possa melhorar e desenvolver os seus índices escolares.

(P4); mesmo enfrentando dificuldades, a pessoa com deficiência participa, dentro das suas capacidades, de todas as atividades propostas em sala de aula e extraclasse.

A inclusão do educando com NEE tem sido realizada “a passos lentos” (P1) e “moderada” (P2). Logo, essa situação não é diferente do que acontece em outros lugares, por ser um processo complexo, percebemos que a inclusão ainda não está sendo feita como preconiza as Diretrizes educacionais voltadas para a Educação Especial. Isso acaba refletido principalmente no educador que não se sente capacitado para atuar junto ao aluno com NEE, ou seja, a falta de professores capacitados e estruturas nas escolas afeta cada vez mais a inclusão no cotidiano escolar. Como consequência dessa situação de despreparo das escolas em trabalhar com crianças especiais, Cunha (2011, p.36) faz notar o seguinte,

Em muitas escolas, ainda o aluno com necessidades especiais é recebido em sala, ficando isolado dos demais, por falta aos profissionais de educação o legítimo entendimento do processo inclusivo, a capacitação para exercer esse papel e, à escola, falta-lhe recursos pedagógicos para propiciar as condições para a aprendizagem e a inclusão.

O participante (P3) ressalta que o aluno é incluído “a partir de atividades onde possa melhorar e desenvolver os seus índices escolares” enquanto o (P4) diz que “a pessoa com deficiência, participa dentro de suas capacidades”. Porém, também é importante frisar que nessas escolas há uma ausência significativa de recursos para se desenvolver uma boa prática pedagógica e aliada a falta de apoio especializado e de professores capacitados, as dificuldades enfrentadas no cotidiano ó retarda ainda mais o processo de inclusão dos alunos com NEE dentro do contexto educacional. Sob esse enfoque, Mantoan (2006, p.36) afirma que a razão de ser da inclusão é,

[...], para que a educação se atualize, para que os professores aperfeiçoem suas práticas e para que as escolas públicas e particulares se obriguem a um esforço de modernização e reestruturação de suas condições atuais, a fim de responder às necessidades de cada um de seus alunos em suas especificidades, sem cair nas malhas da educação especial e de suas modalidades de exclusão.

De acordo com essa citação supracitada, a inclusão veio para provocar mudanças estruturais nos sistemas de ensino, nas escolas e principalmente no fazer docente.

Quais práticas pedagógicas trabalhadas para a promoção da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE), quantos alunos tem em cada turma? E quais as necessidades?

(P1); as mesmas práticas com respeito a dificuldade de cada aluno, o certo é a escola estar preparada para receber esses alunos com NEE, mas sabemos que não acontece isso.

(P2); na sala de recursos temos 25 alunos; intelectual, múltipla, transtorno global de desenvolvimento, síndrome de down, surdez, baixa visão e física. As práticas pedagógicas são sempre lúdicas e diferenciadas com a finalidade de desenvolver os aspectos cognitivos, afetivos, social e psicomotor. Com atividades de dramatização, brincadeiras, expressão corporal, jogos interativos, jogos eletrônicos, leitura de texto, interpretação e compreensão por meio de desenhos e outros.

(P3); apenas um aluno portador de autismo, procuro desenvolver atividade nas quais possam chamar a sua atenção da melhor forma para poder auxiliar no seu melhor desenvolvimento uma ótima maneira para que isso aconteça é desenvolver atividades lúdicas e de pinturas.

(P4); no AEE tem 11 alunos, as deficiências são variadas: autismo infantil, deficiência intelectual, deficiência física, paralisia cerebral, entre outras. As atividades ocorrem de encontro as dificuldades e possibilidades de cada um: da ênfase a leitura e escrita, as noções básicas de matemática, questões relacionadas ao cotidiano, trabalhos manuais, como colagem, dobraduras, trabalhos com jogos de montagem, quebra cabeça e filmes condizentes com cada um.

Com relação as metodologias utilizadas em sala de aula, destacamos as participantes (P2) e (P3) que ressaltaram a questão da “ludicidade” e que é uma ótima forma de trabalhar tanto o conteúdo curricular como aspectos do desenvolvimento pessoal dos alunos, pois, atividades realizadas através do lúdico envolvendo jogos e brincadeiras traz muitos benefícios para o campo cognitivo, afetivo, interativo, social e motor e se tratando de alunos com NEE essa pode ser uma estratégia pedagógica para o desenvolvimento acadêmico e para o convívio social.

Já os participantes (P1) e (P4) especificaram que utilizam práticas e atividades que vão de encontro com as “dificuldades e possibilidades de cada aluno” .Por conseguinte, Cunha (2011), ao problematizar sobre práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade faz a

seguinte ressalva em relação ao trabalho docente dentro de um contexto inclusivo, “se consideremos que educar para a diversidade é inserir distintas ideias, características e modos de ser em nosso trabalho, percebendo o biológico e o social, o afetivo e o racional de todos nós, estaremos ampliando o nosso olhar, facultando uma práxis pedagógica inclusiva”(p. 24).

Com relação a quantidade de alunos com NEE nas escolas e suas necessidades, podemos observar que há um número bem elevado de alunos especiais nas escolas e nas salas de AEE do município e suas necessidades são bem variadas, necessitando que as escolas recebam mais apoio por parte do poder público.

Observamos também que muitos alunos não possuem diagnóstico e acordo com as observações realizadas nas escolas do município de Picos-PI, alguns alunos necessitam de uma avaliação feita por um profissional adequado para se dá o referido diagnóstico, ou seja, o que precisa realmente ser feito nas escolas é a efetivação de profissionais especializados que possam dar esse diagnóstico e conversar com os educadores e pais. Esse diálogo deve haver entre a secretaria de educação, entre a escola e a comunidade. De acordo com a fala dos professores as práticas são sempre lúdicas, envolvendo os alunos em atividades e eventos fora da escola o que ajuda no convívio social.

Os professores das escolas municipais recebem apoio/orientação em relação a como planejar as atividades que serão desenvolvidas com os alunos especiais? Esse questionamento foi direcionado somente aos três professores participantes da pesquisa

(P2);infelizmente não. Nos professores é que planejamos as atividades a serem desenvolvidas com os alunos de acordo com suas respectivas necessidades.

(P3); não.

(P4); sim, a coordenadora de educação especial é muito atuante. Cria momentos de diálogos e planejamento com os demais professores que atua no (AEE) e a gestão da escola está sempre disposta a ajudar.

Em conformidade com a fala dos presentes, dois professores confirmam não receber esse apoio (P2 e P3),um professor afirma receber tanto o apoio quanto as orientações (P4).Conforme o que podemos observar o responsável pelo setor de Educação Especial, relatou que esse ano não teve como dar o apoio necessário aos professores, que a última palestra relacionada ao tema aconteceu em 2014. Esse apoio e orientação deveria ser recebido, pois é, de grande importância a participação da Secretaria de Educação na construção de uma escola inclusiva, buscar melhorias na acessibilidade da escola e estar sempre pronto para

ajudar no que precisar. Segundo Facion (2008, p. 118) “não é o aluno que deve adaptar-se à escola, mas sim, é esta que deve tornar-se um espaço inclusivo, a fim de cumprir seu papel social e pedagógico na busca pela educação na diversidade. ”Essa é a realidade que deveríamos encontrar no município de Picos-PI e em todo o país, escolas inclusivas e acessíveis para todos.

Em relação a formação continuada na área de educação especial/ Atendimento Educacional Especializado(AEE) para poder lidar com tal realidade?

Segundo a fala do responsável pelo setor de Educação Especial(P1), “*o professor da rede municipal de Picos tem que investirem por conta própria*”. Por isso o professor que não tem essa formação continuada se sente despreparado para aceitar um aluno com NEE em sala e o poder público que deveria ofertar esse aperfeiçoamento para os profissionais da educação estão se ausentando de suas responsabilidades e deixando todo o problema nas mãos dos próprios professores como se apenas eles fossem responsáveis por promover o processo de inclusão dentro da escola.

Sabemos que a falta de preparação é um grande empecilho para haver a inclusão mas não pode ser um fator determinante. O professor deve aceitar esse desafio como um ensinamento para si, reconhecer suas possibilidades e limitações e na medida do possível estar se aperfeiçoando para realizar essa tarefa.

Quais práticas pedagógicas são trabalhadas para a promoção da inclusão no ensino fundamental? Somente dois professores responderam as questões.

(P2); uma das práticas fundamentais na sala regular é incentivar os alunos ditos normais a acolher e respeitar os alunos com deficiência para que eles façam parte do ambiente escolar e se sintam acolhidos. Promover brincadeira lúdicas, jogos, dança para ambos se socializarem sem preconceito.

(P4);no âmbito da educação municipal a inserção destas crianças em projetos e atividades como:07 de setembro, SALIVAG e feira cultural. Na escola praticas voltadas para o dia a dia, participações de projetos que acontece na escola: gincanas, projetos de leitura, semana da bíblia, e sobretudo, praticas educativas como noções de valores, datas comemorativas, atividades de leitura, escrita, narração de histórias, caça-palavras, recreação com a turma entre outros.

No depoimento do participante (P2), é dado ênfase ao “acolher e respeitar”, além de deixar claro o uso da ludicidade como estratégia pedagógica para promover o aprendizado e a socialização como uma forma de acabar com o preconceito. O participante (P4), enfatiza que faz a inserção das crianças com NEE na escola através de “projetos” e práticas que envolvem valores. Logo, envolver o aluno em projetos e atividades culturais é uma ótima forma de relaciona-lo com os colegas e com a sociedade.

Contudo, temos observado que as práticas pedagógicas destinadas aos alunos com NEE, na maioria das vezes não contempla as suas possibilidades e acaba por retardar o processo de inclusão desses alunos na escola regular. São práticas descontextualizadas da realidade que não agrega nada ao desenvolvimento do aluno, pelo contrário, contribui ainda mais para sua exclusão na medida em que não considera a capacidade que essas pessoas têm para aprender e não abre espaço para que elas possam se apropriar desse saber que é compartilhado e vivenciado na escola.

Então, é urgente que tanto a escola como os professores busquem meios mais eficazes para trabalhar com a diversidade de educandos em sala de aula, ressignificando a gestão escolar, o currículo, o planejamento e especialmente a prática docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando recorremos a história na tentativa de conhecermos o processo de luta pela inclusão das pessoas com deficiência dentro do contexto educacional do Brasil, podemos perceber essa foi se desencadeando a passos muito lentos, o que conseqüentemente retardou a inserção dessas pessoas nos espaços escolares. E a medida que foi-se estabelecendo as bases de uma educação voltada para esse público, essa se configurou em uma escola segregadora, construídas como um sistema inferior a escola comum, visto que os alunos que apresentavam deficiência eram encaminhados para salas e escolas especiais.

A partir da década de 1990, com a intensificação dos movimentos em defesa da escola inclusiva, abriu-se as portas para uma nova percepção de Educação Especial e uma nova percepção de aprendizagem baseada nas possibilidades humanas. Com isso encorpou-se a Educação Especial uma perspectiva de educação inclusiva, onde a as pessoas com deficiências passaram a ser incluídas nos espaços regulares de ensino com uma forma de garantir a todos o direito a uma educação não segregada e o direito a conviver e interagir socialmente nos espaços escolares.

Contudo, essa nova concepção de educação trouxe muitos desafios para os sistemas de ensino que não foram preparados para atender essa diversidade adequadamente. A escola e principalmente o professor foram surpreendidos com esse novo paradigma educacional, pois muitos ainda se sentem despreparados para atuar nesse contexto de escola inclusiva.

Posto isso, a partir dos dados analisados, notamos que o processo de inclusão nas escolas do município ainda caminha lentamente e que a falta de apoio aos professores aliada a carência de recursos e serviços especializados nesses espaços, acaba por interferir no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com NEE.

Percebemos que as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, são bem diversificadas, envolvendo a ludicidade, o brincar e adaptada as necessidades de cada criança, apesar dos professores não receberam nenhum tipo de incentivo por parte do município para o aperfeiçoamento pedagógico através da formação continuada, pois são os professores que por conta própria buscam esse tipo de capacitação.

Os dados evidenciaram que os educadores trabalham praticamente sozinhos, pois alguns não recebem o apoio necessário para o trabalho junto aos alunos especiais, apoio esse, que não vem nem da Secretaria de Educação do Município e nem da gestão das escolas, sendo que o planejamento e as atividades práticas de sala de aula são promovidas pelos próprios professores e apesar de todas as dificuldades as práticas pedagógicas se mostraram bem

dinâmicas com jogos, projetos para trabalhar o convívio social, o incentivo ao acolhimento e o respeito como forma de acabar com o preconceito.

Por fim, percebemos que os desafios que rodeiam o processo de inclusão e principalmente a formação docente e o trabalho pedagógico são muitos e precisam ser equacionados se realmente quisermos construir uma educação para todos. É necessário superar as barreiras impostas pelo preconceito, pela carência de políticas públicas na área da Educação Especial e principalmente oferecer aos professores a oportunidade de ressignificar em suas práticas em prol de um novo modelo de pensar e fazer educação para que abarque toda a diversidade em suas distintas capacidades.

REFERÊNCIAS

- ALVES F. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.
- ARANHA, M. S. F. **Integração social do deficiente**: análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologia*, v. 2, p. 63-70, 2002.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial, nº 248, de 23/12/1996.
- BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.
- BOOTH, Ken. (1998). *Cold War of the Mind*. In: BOOTH, Ken ed. *Statecraft and Security, The cold war and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- CHINALIA, F.; ROSA, J. C. L. **Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva**. Jaboticabal: AJEC, 2008.
- CHIZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 2ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- CUNHA, Antônio Eugênio. **Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.
- DSM-V - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, 2013.
- DINIZ, Debora. **Deficiência, saúde pública e justiça social**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(3), set.-dez./2007, pp. 823-841.
- FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para a educação especial**. 2ed. Curitiba: Ibepex, 2011.
- FREITAS, D.; VILLANI, A. Formação de Professores de Ciências: um desafio sem limites. *Investigações em ensino de Ciências*. V. 7, n. 3, p. 215-230. 2002. Disponível em: < Acesso em: 04 de outubro de 2017.
- FIorentini, Dário; Lorenzato, Sérgio. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo; Organizadores. *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsserie/derad005.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2015.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GRAAF, G. Supporting the social inclusion of students with Down syndrome in mainstream education. *Down Syndrome News and Update*. v.2, n.2, 2002. Acesso: 28.10.2017

HOLDEN, B.; STEWART, P. The inclusion of students with Down syndrome in New Zealand schools. *Down Syndrome News and Update.*, v.2, n.1, p.24-28, 2002. Acesso: 15.10.2017.

HÖHER CAMARGO, S. P.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v.21, n.1, p.65-74, 2009. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki.>> Acesso em: 20.10.1027.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? 2ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MILLS, N. D. A educação da criança com síndrome de Down. In: SCHWARTZMAN, J. S. et al. *Síndrome de Down*. São Paulo: Memnon, 1999.

MINAYO, Cecília de Sousa. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Tradução: WindyzBrazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOUSSATCHÉ, Anna Helena. Diversidade e Processo de Integração. In **A integração de pessoas com deficiência**: Contribuições para uma reflexão sobre o tema. Mantoan (org.), São Paulo, Memnon, 1997.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SÁ, Elizabeth Dias de. **Necessidades Educacionais Especiais na Escola Plural**. Disponível em <http://intervox.nce.ufrj.br/~elizabet/plural.htm>. Acesso em 03 de maio de 2017. Acesso: 21.10.2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Luzia Guaciara dos santos. **Educação Inclusiva**: prática pedagógica para uma escola sem inclusões. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

VINENTE, Samuel. O atendimento do escolar com Paralisia Cerebral na rede municipal de ensino em Manaus: **a práxis pedagógica no contexto da diversidade**. In: MATOS, Maria Almerinda de Souza (Org.). *Educação especial, políticas públicas e inclusão: desafios da prática e contribuições da pesquisa no NEPPD/FACED/UFAM*.

ZABALZA, M. Os dilemas práticos dos professores. In: **Revista Pátio**. N. 27 RS: Porto Alegre, 2003.

APÊNDICES

Anexo-1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS



Ofício. nº 006/2017

Picos (PI), 27 de Outubro de 2017.

De: Prof^aMa. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

Para: _____

Assunto: Autorização para realização de Pesquisa Monográfica

A realização de pesquisa monográfica configura-se como um momento em que os acadêmicos estão concluindo suas atividades relacionadas com sua formação no Ensino Superior. Para isso, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC requer do acadêmico aprofundamento teórico e prático no que diz respeito ao objeto de seu estudo. O tema em questão é “**A Prática Pedagógica na Educação Inclusiva de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e seus Desafios na Atualidade**” – desenvolvido pela acadêmica **Geiza Guilherme Oliveira**, do X período do curso de Licenciatura em Pedagogia, UFPI/CSHNB, Picos/PI.

Nesse sentido, solicitamos sua **autorização para realização de pesquisa monográfica** junto a esta instituição escolar, no que tange a aplicação de questionário aos professores, observação em sala de aula e análise documental.

Agradecemos desde já sua compreensão e colaboração em nos ajudar na concretização deste estudo que certamente trata grandes benefícios para sua instituição como para os professores em processo de formação inicial.

Atenciosamente,

Prof^a Isabel Cristina de Aguiar Orquiz
Orientadora do TCC – Pedagoga
SIAPE 2574577

Anexo-2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS



Questionário aplicado aos professores

Idade: _____ Sexo: () F () M
 Graduação: _____ Especialização: _____
 Tempo de magistério: _____
 Tempo de atuação com alunos portadores de NEES: _____

1.O que você compreende por educação inclusiva?

2.De que maneira o educando portador de Necessidades Educativas Especiais tem sido incluso no cotidiano escolar, sobretudo, na sala de aula?

3. Quantos alunos portadores de NEE você possui em sua turma? Quais as necessidades? Quais as práticas pedagógicas você procura desenvolver de acordo com as necessidades?

4.Você possui apoio/orientação de algum profissional em relação a como planejar as atividades que serão desenvolvidas com os alunos especiais?

5.Quais as práticas pedagógicas são trabalhadas para a promoção da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino fundamental regular das unidades escolares do município de Picos-PI (orientações da Secretaria de Educação do Município)?

Anexo-3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS



Questionário aplicado ao professor - Setor Educação Especial

Idade: _____ Sexo: () F () M
 Graduação: _____ Especialização: _____
 Tempo de magistério: _____
 Tempodeatuação com alunos portadores deNEES: _____

1.O que você compreende por educação inclusiva?

2.De que maneira o educando portador de Necessidades Educativas Especiais tem sido incluído no cotidiano escolar, sobretudo, na sala de aula?

3.Quais as práticas pedagógicas são trabalhadas para a promoção da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) no ensino fundamental regular das unidades escolares do município de Picos-PI?

4.Quais são as Necessidades Educativas Especiais encontradas na Rede Municipal de Ensino no município de Picos/PI? Qual o número de alunos especiais matriculados no município?

5.De que maneira a Secretaria de Educação tem dado suporte aos professores da rede no diz respeito ao processo de inclusão de alunos portadores de NEE no contexto escolar?

6.Os professores recebem formação continuada na área de Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (AEE) para lidar com tal realidade?



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 (x) Monografia
 () Artigo

Eu, Geiza Guilherme Oliveira,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Um olhar sobre as práticas pedagógicas para a inclusão
de pessoas com necessidades educacionais especiais
(NEE) e seus desafios na atualidade
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 08 de novembro de 2018.

Geiza Guilherme Oliveira
 Assinatura

 Assinatura